

As propostas curriculares de História e Geografia oferecem subsídios e um espaço de reflexão a partir dos quais os professores podem construir, de modo coletivo e autônomo, sua prática docente e adaptá-la às circunstâncias específicas de cada situação, em sala de aula.

No conjunto, é uma proposta curricular aberta e flexível para jovens e adultos cujas práticas sociais são marcadas por uma grande variedade de experiências vividas e acumuladas, nos espaços de socialização extra-curricular. Alguns com alguma participação no mercado de trabalho, outros em associações religiosas, esportivas, sindicais e comunitárias. Experiências “capazes de forjar visões de mundo” que serão consideradas e valorizadas no processo de construção de conhecimentos sistematizados, ao se unirem ao conhecimento científico já constituído.

A proposta pretende contribuir para as necessidades de jovens e adultos que vivem em sociedades cada vez mais competitivas no que se refere ao mercado de trabalho; para a possibilidade de atuar como indivíduos mais conscientes e participantes no exercício da cidadania; para a reflexão sobre valores e práticas cotidianas que atuem na formação de identidades individuais ou coletivas; para a compreensão do mundo a partir do lugar em que vivem; para o reconhecimento das diferenças existentes no tempo e no espaço.

A natureza, nessa proposta da área de Ciências Humanas, não é descartada. Ela é pensada como parte constituinte da vida e da sociedade e nesse sentido deve ser cuidada e preservada para gerações futuras.

Trata-se de uma proposta humanista que tem como desafio, antes de tudo, educar para que as diferenças sejam respeitadas.

E finalmente, a proposta pretende contribuir para a formação de jovens e adultos que, por meio do exercício do pensamento, tenham autonomia intelectual e pensamento crítico. E, também, uma formação ética.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
ÁREA DE LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS

História

Professores Especialistas:
Américo Freire
Cíntia Monteiro de Araújo
Fábio Garcez de Carvalho
Luiz Resnik
Márcia Almeida Gonçalves

Janeiro de 2005

HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Introdução

A elaboração de uma proposta de currículo e de conteúdos programáticos, na área de História, para a educação de jovens e adultos, no âmbito do Ensino Fundamental, leva-nos a alguns esclarecimentos prévios, relacionados, por um lado, às especificidades desse nível e dessa modalidade de ensino/aprendizagem, e, por outro, às características próprias do conhecimento histórico como campo disciplinar.

Em especial, o segundo segmento do Ensino Fundamental se apresenta como nível de criação e aprimoramento de algumas competências básicas para os estudantes, e, por essa razão, converte-se em um momento de importância primordial para a sua formação. É nesse nível que deve ser promovida a sedimentação de conceitos e de habilidades essenciais para a concretização das etapas posteriores do processo de ensino e aprendizagem.

O ato de operar com determinados conceitos e categorias de ordem mais abstrata, presentes nos conteúdos das diversas áreas de conhecimento, adquire então maior complexidade, exigindo novas sistematizações quanto à seleção e à apresentação dos conteúdos específicos. O próprio contato do aluno com saberes apresentados como disciplinas em separado, cada uma delas sob a responsabilidade de professores distintos, autores e divulgadores de linguagens e metodologias de trabalho próprias, impõe aos alunos novos desafios e dificuldades. Poderíamos dizer que um pequeno mundo novo, por vezes não muito admirável, se estabelece na vida dos alunos quando esses ingressam na 5ª série. É também no Ensino Fundamental que se realizam, pela primeira vez, determinadas experiências de vida, entre sociabilidades e outros aprendizados, proporcionadas pela convivência no espaço escolar. Nesse sentido, a socialização promovida pela escola, nesse momento, deve ser entendida e valorizada pela sua natureza pluridimensional.

A essas questões gerais se somam outras. Entre elas, merecem destaque algumas das especificidades do público alvo do programa de educação para jovens e adultos. No nosso entendimento, a principal delas seria a interrupção do fluxo de sua formação escolar, prevista pelo ensino regular para determinadas faixas etárias. Por motivos extremamente variados, incluindo-se entre eles os problemas que afetam a qualidade de ensino na rede pública escolar, muitos estudantes não concluem o ensino fundamental.

A despeito da interrupção da vida escolar, por vezes marcada por algum tipo de fracasso ou inadequação, esses estudantes, em geral, possuem práticas sociais marcadas por uma grande variedade de experiências em interação com diferentes grupos sociais. É possível supor que a maioria deles tem (ou teve) algum tipo de inserção no mercado de trabalho – seja ele formal ou não –, e algum tipo de participação em diversos níveis de associação (religiosas, esportivas, comunitárias, sindicais, recreativas e tantas outras). Se um certo aprendizado escolar não veio a ser concluído por esses estudantes, algumas experiências garantiram outros saberes, não formais, sobre o mundo no qual vivem.

Nessa perspectiva, acreditamos ser importante superar a idéia de suplência que considera a educação de jovens e adultos como simples reposição dos conteúdos estabelecidos para o ensino regular. As atuais orientações curriculares nacionais para essa modalidade de ensino/aprendizagem, com as quais dialogamos, procuram caracterizar uma visão de educação voltada para os interesses e as experiências de jovens e adultos, o que,

por seu turno, pressupõe valorizar e considerar as trajetórias desses indivíduos em outros espaços sociais para além do que se circunscreve à escolaridade formal.

Assim, as interações realizadas nesses outros espaços não devem ser desprezadas por uma proposta de educação que pretende atender às demandas e necessidades desse público. São experiências capazes de forjar visões de mundo que informam as práticas sociais desses alunos. É também nesses espaços que se realizam trocas culturais fundamentais para a construção de significados e de valores essenciais aos processos educativos tomados sob um ponto de vista mais amplo, o que inclui todo tipo de socialização do indivíduo.

Não podemos perder de vista que, todavia, há um outro tipo de conhecimento tradicionalmente aceito e valorizado como necessário para a formação do indivíduo e de seus mecanismos de compreensão do mundo. Conhecimento esse de natureza científica e racionalmente orientado, cuja difusão e reelaboração ocorre especialmente nos espaços escolares. Acreditamos também que uma proposta de educação para jovens e adultos deve possibilitar e garantir ao seu público alvo o conhecimento sistematizado pelos saberes que compõem uma educação formal.

Tradicionalmente, o conhecimento escolar foi tratado como um conjunto de conteúdos previamente selecionados sob a luz de uma perspectiva que os definia como universais. Dessa forma, durante muito tempo, diversos grupos sociais e culturais, com diferentes necessidades e expectativas, receberam formação escolar a partir de programas curriculares com ementas fixas, elaboradas sob a orientação de um tipo de saber que se considerava válido para todos. Atualmente, os debates no campo da Educação apontam para uma maior flexibilização dos currículos, no sentido de atender demandas específicas dos diferentes grupos. Propostas curriculares oficiais já absorveram, de diversas maneiras, essa tendência.

Estas possibilidades de flexibilização, criadas pelo debate acadêmico e viabilizadas pela legislação, não pretendem invalidar ou diminuir a importância do conhecimento sistematizado e cientificamente construído. Ao contrário, flexibilizando a seleção dos conteúdos, pretende-se valorizar o conhecimento científico a partir de sua aproximação à realidade vivida por cada um dos diferentes grupos. Somente nesse sentido, entendemos a importância dos conhecimentos construídos nos espaços de socialização extra-escolar.

Acreditamos, no entanto, que a valorização das experiências vividas por esses jovens e adultos na construção de propostas pedagógicas não equivale a uma simples incorporação de saberes formulados no senso comum. É fundamental a adoção de uma perspectiva que tenha por princípio a requalificação desses saberes, no sentido de diminuir a distância entre esses e o saber escolar. Para isso, é necessária uma adequação dos critérios de seleção de conteúdos e dos métodos de ensino na direção de proporcionar a construção de significados relevantes para esse público.

Esta tarefa se coloca para o ensino de História de forma bastante peculiar e desafiadora. Diante de um presente marcado por transformações rápidas e rupturas profundas, que parecem nos afastar cada vez mais do passado, torna-se cada vez mais árdua a função de construir saberes significativos, em particular no que cabe aos usos do conhecimento histórico quanto à análise e interpretação da vida dos homens e de suas sociedades no tempo. Os sentidos do passado, a atuação no presente e os horizontes de expectativa que configuram o futuro podem e devem ser articulados pelo apropriação do conhecimento histórico.

Na intenção de aproximar o saber histórico escolar da realidade vivida pelos alunos, acreditamos que é preciso achar pontos de equilíbrio nas tensões estabelecidas entre a vida pública e a vida privada, entre o espaço global e o espaço local. Faz-se necessária a busca por uma proposta de ensino de história que seja capaz de criar significados próprios, leia-se um saber escolar, sem abrir mão do diálogo intenso com os conhecimentos sistematizados sob a forma da historiografia acadêmica; uma proposta que possa, enfim, valorizar o particular e as experiências individuais dos alunos, sem perder de vista a complexidade de processos históricos mais gerais.

Os objetivos do ensino da História

A História vem conhecendo, nos últimos tempos, grandes mudanças, tanto do ponto de vista da ampliação do seu campo de conhecimento – novos temas e questões – quanto do ponto de vista teórico e metodológico – interfaces crescentes no uso de conceitos e práticas de saberes afins, como a antropologia e a teoria literária. No ensino da História, os efeitos se fazem presentes no movimento de repensar os currículos, os objetivos, os conteúdos e as práticas docentes em sala de aula.

Expressando os desafios de lidar com um público de jovens e adultos, o conhecimento histórico deve permitir estabelecer relações entre a sua vida individual e o mundo que lhe cerca. A História deve contribuir para que o aluno reflita sobre valores e práticas cotidianas que atuam na formação de identidades individuais ou coletivas.

No ensino fundamental, o cumprimento desse objetivo enfrenta algumas particularidades, pois é esse o momento de contato inicial com determinados conteúdos e com um tipo de sistematização na qual eles são apresentados, qual seja, a de um saber disciplinar, possuidor de temas específicos e de uma metodologia própria para abordá-los. Se por um lado, elementos constituintes da vida em sociedade e da própria organização do todo social não são totalmente desconhecidos desses alunos – haja vista que a própria experiência de vida os põe em contato com elementos como o Estado e sua a conformação legal, a idéia de nação e os valores simbólicos aí envolvidos, para citar alguns exemplos –, por outro lado, a aplicação sistemática desses conceitos em espaços e tempos diversos se constitui em grande novidade.

Nesse sentido, o ensino de História no nível fundamental, mesmo para a educação de jovens e adultos, possui importância singular para o desenvolvimento de competências e habilidades básicas de especial valor para um pleno exercício da cidadania e uma satisfatória compreensão do funcionamento dos sistemas sociais.

Tal especificidade nos faz reforçar a necessidade de apresentar e sistematizar determinados conteúdos por intermédio de atividades que elejam conceitos entendidos como articuladores de certas reflexões. Para além da ênfase na realização de atividades que valorizem o objetivo de operar com determinados conceitos, julgamos também ser imprescindível apresentar aos alunos documentos históricos de naturezas e tipologias diversificadas, ensaiando, de maneira tópica e adequada, um pouco do que é a prática de produção do conhecimento histórico. Entendemos como estimulador e formador do raciocínio histórico, em especial no Ensino Fundamental, a ambientação do aluno com o “laboratório” do historiador, ambientação que viabilize concretizar para esses alunos a perspectiva de que o passado de homens e sociedades somente adquire sentido a partir de um processo de investigação cujos métodos, entre outros especialistas, os historiadores constituíram e categorizaram. No âmbito desse documento preliminar e da proposta curricular que o mesmo sistematiza, nos limitaremos apenas a destacar a importância de reflexões mais cuidadosas e sistematizadas quanto às metodologias de ensino complementares aos objetivos que regem nossas proposições.

O ensino da História também deve propiciar o reconhecimento da diversidade das sociedades, as diferentes formas de organização e de relações entre pessoas, grupos, etnias, povos, nações e Estados, seja no local e nos círculos próximos às vivências dos alunos, seja em espaços sociais mais distantes, em outras tempos e lugares. No nosso entendimento, os estudos históricos devem contribuir para que, a partir de suas próprias vivências sociais e do estudo de outros povos e culturas, os alunos reflitam sobre códigos de conduta ética, sobre os princípios que os regem, buscando reconhecer e criticar a dimensão universal do que veio a ser considerado direitos dos homens e dos cidadãos.

Compreendemos o ensino de História como uma das vias de acesso à compreensão do mundo. Para isso é imprescindível, de um lado, interagir com o conhecimento produzido pelas outras disciplinas escolares; e por outro lado, considerar outras abordagens “não científicas” como, por exemplo, o conhecimento derivado da religião e das artes.

Está no centro de nossas preocupações a formação de um aluno com capacidade de pensar o mundo circundante, de forma autônoma, com a perspectiva de elaborar e reelaborar seus vínculos com essa “realidade”. Em outros termos, esperamos contribuir para a constituição de cidadãos, que sejam *sujeitos* de sua própria existência, na dupla acepção do conceito, qual seja, a de compreender sujeições e limites estabelecidos socialmente, e, em paralelo, a de expressar suas subjetividades, intervindo no seu mundo e interagindo com tantos outros sujeitos.

A título de síntese e de sistematização de algumas idéias, propomos que o ensino de História para jovens e adultos, no nível fundamental, propicie aos alunos:

- a. identificar características de diferentes patrimônios étnico-culturais e artísticos;
- b. reconhecer a diversidade de patrimônios étnico-culturais e artísticos em diferentes sociedades;
- c. identificar, classificar e caracterizar diferentes documentos históricos, bem como seus usos entre as práticas de produção do conhecimento histórico;
- d. relacionar os fundamentos da cidadania e da democracia, no presente e no passado de determinadas sociedades, aos valores éticos e morais na vida cotidiana;
- e. discutir situações da vida cotidiana relacionadas a preconceitos étnicos, culturais, religiosos e de qualquer outra natureza;
- f. identificar os processos de formação das instituições sociais e políticas em diversas sociedades, com destaque para a sociedade brasileira;
- g. compreender o significado histórico das instituições sociais, considerando as relações de poder;
- h. elaborar textos e narrativas envolvendo a operação com conceitos e conteúdos do conhecimento histórico.

Uma proposta de organização curricular:

A proposta de organização curricular que apresentamos organiza a distribuição e o encadeamento dos conteúdos programáticos a partir de quatro módulos. Cada um deles possui subdivisões temáticas e uma ordenação que informa essas mesmas subdivisões. Optamos por eleger conceitos e conteúdos considerados como formadores de uma cultura histórica e historiográfica que permita a esse aluno compreender e re-significar suas experiências imediatas de vida, relacionando-as às experiências de outros sujeitos e de outras sociedades, em recortes espaço-temporais que abrangem desde as sociedades da Antiguidade oriental e ocidental à discussões sobre a sociedade brasileira atual.

FASE V - UMA INTRODUÇÃO À HISTÓRIA

O módulo possui dois objetivos principais. O primeiro se refere à apresentação de conceitos centrais para o ensino-aprendizagem de história - *história, memória, periodização, documento e patrimônio* - buscando relacioná-los às práticas de pesquisa e de investigação do próprio conhecimento histórico. A operação com esses conceitos não só fundamenta uma primeira sensibilização do aluno com o “laboratório do historiador”, como igualmente o instrumentaliza na elaboração de um raciocínio histórico. O segundo objetivo está associado à análise de conteúdos históricos remetidos a duas temáticas: as sociedades sem escrita e as sociedades do Mundo Antigo.

A oficina do historiador

A proposta é iniciar discussões sobre o conhecimento histórico e seus usos a partir de atividades que permitam ao aluno operar com os conceitos de *história, memória, documento e patrimônio*. É importante valorizar a participação direta do aluno na própria elaboração dos materiais que possam servir à realização das atividades propostas. Nesse sentido, os conceitos de *patrimônio* e *documento* devem ser relacionados aos vestígios e materiais que se encontram nas próprias vivências quotidianas dos alunos, informando e constituindo suas apreensões, percepções e reelaborações de suas experiências históricas e da memória a elas associada. É importante apresentar diversos tipos de documentos e de materiais que possam vir a ser considerados patrimônio, articulando ambos ao duplo significado de vestígios de experiências vividas e registros de memória. O conceito de *periodização* deve ser articulado ao de *interpretação* e ao de *narração*, sendo, a princípio, trabalhado por meio das próprias histórias de vida dos alunos. Por fim, devem ser apresentadas algumas das periodizações da história das sociedades, discutindo suas particularidades e sentidos. Os exemplos devem resgatar narrativas míticas de sociedades tribais e a apresentação da periodização que rege a perspectiva eurocêntrica, cristã e ocidental de dividir a história do mundo em Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna e Período Contemporâneo. A ênfase é discutir a ação de periodizar como algo que constrói um sentido e uma interpretação para as experiências históricas de um indivíduo e de uma sociedade.

Conhecendo e comparando “sociedades sem escrita”

A proposta é apresentar, de forma comparativa, algumas “sociedades sem escrita”, discutindo essa forma de classificação e utilizando-a como instrumento para reelaborar o conceito de “pré-história”. A partir dessa reelaboração, algumas sociedades devem ser analisadas, destacando-se entre elas: sociedades tribais da “pré-história” brasileira e as sociedades relacionadas aos ancestrais biológicos da espécie humana.

Conhecendo e comparando sociedades do Mundo Antigo

A proposta é apresentar e comparar algumas das sociedades que compuseram o que foi nomeado de Antiguidade Ocidental e Oriental. A comparação deve envolver três eixos: práticas e valores políticos, práticas e valores religiosos, intercâmbios culturais e circulação de riquezas. Tomando como ponto de partida uma reflexão sobre como era viver em algumas dessas sociedades do Mundo Antigo, os conceitos de *politeísmo, monoteísmo, teocracia, república, império, democracia, oligarquia, escravidão, oriente, ocidente*, e tantos outros que possam vir a ser priorizados pelo professor, devem ser analisados e caracterizados na sua historicidade.

FASE VI – A CRISTANDADE E O MUNDO ISLÂMICO: CONTRASTES E REPRESENTAÇÕES

A unidade tem como proposta examinar as relações que se estabeleceram entre as civilizações cristã e a islâmica na Idade Média e início dos Tempos Modernos. Civilizações em movimento, cujos traços materiais e culturais vão forjando diferentes identidades sociais e políticas, bem como espaços de interação e conflito. Este tema geral será explorado em quatro eixos: *Cultura e representações sociais na passagem da Idade Média à Idade Moderna, Religião e poder político, Economia, relações de trabalho e expansão mercantil.*

Cultura e representações sociais na passagem da Idade Média à Idade Moderna

O eixo trata da construção de visões de mundo e de sociedade construídas na cristandade europeia durante a Idade Média. Irá se analisar a função desempenhada pela Igreja católica na construção de referenciais culturais para a sociedade europeia em diferentes períodos, marcados pelo apogeu da Igreja Católica ou nos momentos de crise. Das representações da sociedade feudal: seus medos, angústias, papéis sociais dos indivíduos à representação de outras culturas e sociedades, entendemos que são conteúdos fundamentais para a construção de uma narrativa crítica acerca do encontro entre as civilizações.

- A ordem social feudal segundo a Igreja Católica.
- A representação do mundo na Europa feudal e católica.
- A Igreja diante das transformações econômicas, sociais e culturais a partir do século XIII.
- O Renascimento Cultural, artístico e científico

Religião e poder político

Como desdobramento do eixo anterior, irá se tratar da articulação entre religião e política. Eixo fundamental para a análise das relações de poder na cristandade ocidental e no mundo islâmico. Tratar de suas especificidades e compará-las em suas diferenças deve ser a preocupação permanente na organização do eixo proposto. Assim sendo, é necessário abordar os princípios da religião islâmica e os fundamentos do catolicismo romano. Destacar, em linhas gerais, as suas trajetórias como religiões de cunho universal; e, por último, relacionar as especificidades dessas religiões com as trajetórias políticas das civilizações cristãs e islâmicas: as cruzadas, a expansão do Império turco-otomano e as disputas com a cristandade no Mediterrâneo, a relação da Igreja Católica e os Estados Modernos em formação.

- A Europa feudal católica e o mundo islâmico em movimento: expansão e conflitos.
- Os grandes impérios islâmicos entre a unidade e a diversidade.
- A Igreja Católica ocidental e o Estado Moderno.
- A crise da Igreja Católica Ocidental: as reformas religiosas.

Economia, relações de trabalho e expansão mercantil

Neste eixo destacam-se os fundamentos materiais das respectivas civilizações: a economia da Europa feudal e suas transformações impulsionadas pela expansão do comércio. Destacam-se aí o desenvolvimento do comércio à época das cruzadas até a construção dos grandes eixos comerciais no atlântico durante a expansão marítima e comercial europeia entre os séculos XV e XVI. Deve-se ainda comparar a expansão mercantil europeia com aquela desenvolvida no mundo islâmico: as rotas no oceano Índico, a rota saariana e o comércio no Mediterrâneo. Tratar desta atividade econômica nos leva a abordar um comércio específico, qual seja o comércio de escravos. Tratar da escravidão nas sociedades islâmicas, inclusive na islâmica negra nos permite articular com os conteúdos relativos às bases da colonização da América portuguesa.

- O Rural e o urbano no mundo feudal europeu
- O mundo islâmico: cidades, comércio e escravidão.
- A expansão da economia mercantil: do mediterrâneo ao atlântico.
- Escravidão e Impérios na África
- A formação da América Portuguesa

FASE VII – O MUNDO ATLÂNTICO E SEUS ENCONTROS: ENTRE OS LOCALISMOS E A MUNDIALIZAÇÃO

A ênfase deste módulo recai na colonização das Américas. Neste empreendimento, que se constituiu na criação de um Novo Mundo, interagiram populações provenientes de diferentes lugares, de sociedades cujas organizações sociais e valores culturais eram muito distintos. Neste sentido, propõe-se estudar, em um primeiro momento, estas sociedades separadamente: a Europa, a África e a América indígena. Em seguida, analisam-se as interações resultantes do processo de colonização.

É importante sublinhar três aspectos:

- a) Deve-se dar relevância às grandes diferenças entre os povos e as sociedades analisadas. Essas diferenças estão presentes, não apenas nas formas de organizar o poder político ou na produção e distribuição de bens, mas nos valores e nas crenças. É neste sentido que se entende que os “encontros” tornaram-se choques culturais.
- b) É preciso considerar que, em meio aos encontros populacionais, as forças eram desiguais propiciando submissão de uns grupos por outros. Portanto, é importante estudar os mecanismos cotidianos de poder, e também os esforços de sobrevivência e de resistência dos grupos submetidos.
- c) A partir deste momento, povos, grupos e sociedades diferentes, até então isolados uns dos outros, encontraram-se e conheceram-se. A despeito deste processo cada vez mais corriqueiro de mundialização, as especificidades locais e diferenças entre os povos não se apagaram.

As sociedades européia, africana e ameríndia, nos séculos XVI e XVII

Destacamos, neste eixo, o conhecimento mais específico de cada uma destas sociedades.

- A Europa dos Estados Modernos: absolutismo e mercantilismo.
- O humanismo renascentista; o cristianismo e suas cisões.
- Sociedades africanas: reinos, tribos e “nações”.
- Os indígenas americanos: impérios, tribos e “nações”.

O encontro nas Américas, do século XVI ao XVIII

Cabe, aqui, estudar o empreendimento da colonização, mais especificamente, a criação de um Novo Mundo. São temas relevantes: a organização dos poderes, o desenvolvimento dos negócios, a criação de valores morais; assim como as formas de ocupação do território e as relações que foram se estabelecendo entre o Novo e o Velho Mundo.

- A colonização portuguesa na América.
- A colonização espanhola na América.
- A colonização inglesa na América.

Tradição e permanência; revoluções e mudanças

Contestações e revoltas abalaram o Mundo Atlântico no século XVIII. Um conjunto de novas idéias e novas instituições se difundiram enquanto proposta para uma nova sociedade. Devem-se focar, neste eixo, as tensões associadas à emergência da modernidade capitalista.

- Uma nova forma de pensar: o Iluminismo
- Uma nova forma de produção: a Revolução Industrial.
- Novas instituições políticas: a Revolução Americana e a Revolução Francesa.
- As independências nas Américas.

FASE VIII: AS TRANSFORMAÇÕES NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS (SÉCULOS XIX E XX)

O módulo tem como objetivo apresentar um panorama das principais transformações que marcaram (e marcam) as sociedades contemporâneas, tomando-se como marco inicial o advento da sociedade urbano-industrial. As sociedades contemporâneas serão examinadas em torno de três eixos: economia e trabalho, política e cidadania e nações e nacionalismo.

Economia e trabalho nos séculos XIX e XX

Este eixo trata da constituição das economias urbano-industriais capitalistas e da formação da classe trabalhadora. Em primeiro lugar, irá se examinar o caráter das relações de trabalho que se estabeleceram a partir da Revolução Industrial e o advento do chamado “mercado de trabalho”. Em seguida, o foco irá se deslocar para o acompanhamento das experiências de luta que estiveram na origem da formação da classe trabalhadora urbana na Inglaterra e em outros países europeus. No caso do processo histórico brasileiro, o exame irá recair sobre as temáticas da crise do escravismo e da constituição da classe trabalhadora nas primeiras décadas do século XX. Em seguida, a análise irá se voltar para a questão do corporativismo no Brasil durante a Era Vargas. Para finalizar, propõe-se uma análise a respeito do mundo do trabalho na era da globalização.

- A Revolução Industrial e o mundo fabril
 - A constituição do mercado do trabalho: liberalismo e regulamentação
 - O sindicalismo e as lutas operárias na Europa (séc. XIX)
 - A transição do trabalho escravo para o livre no Brasil Monárquico
 - Indústria e luta operária na Primeira República brasileira
 - O Estado do bem-estar social e o mundo do trabalho
 - Economia e trabalho na Era Vargas
 - As relações de trabalho na era da globalização.

Política e cidadania nos séculos XIX e XX

A conquista dos direitos políticos, civis e sociais pelas sociedades contemporâneas é o fio condutor deste eixo. O ponto de partida será o exame de um fenômeno central para o entendimento desta questão: o da formação dos estados representativos de base liberal. À época, no Império do Brasil, intensifica-se o debate em torno da abolição da escravidão e da afirmação de direitos civis e políticos para maiores setores da sociedade. Já no século XX, a vitória das propostas socialistas na Rússia, na China e em vários outros países, divide o mundo da política e coloca em cheque a ordem liberal. No final deste mesmo século, a derrocada dos regimes socialistas contribuiu para reforçar a hegemonia liberal democrática.

- As revoluções políticas européias do século XIX.
- Projetos políticos em disputa: liberalismo, socialismo e anarquismo.
- Cidadania e escravidão no império do Brasil
- As revoluções socialistas do século XX
- A democracia ocidental em questão (séc. XX)
- O Estado Republicano e a cidadania no Brasil

Nações e nacionalismos

Este eixo aborda o tema da construção dos Estados Nacionais e das lutas nacionalistas durante a era contemporânea. Tendo como base uma breve discussão em torno do significado histórico das noções de nação e nacionalismo, propõe-se, em primeiro lugar, um exame deste fenômeno na Europa do século XIX, quando as lutas nacionais estiveram no centro dos conflitos que deram origem à formação de diversos Estados europeus. Em seguida, o foco de análise irá se voltar para a experiência histórica brasileira do século XIX, quando, sob a égide do Estado Imperial, levou-se adiante um projeto de construção nacional com base nos princípios da ordem e da civilização. De volta à Europa, irá se tratar das articulações entre as temáticas da nação, da guerra e do imperialismo. Em particular, deverá ser dada atenção especial à experiência ultranacionalista dos movimentos e regimes nazifascistas. Outro tema importante a ser abordado será o da relação entre a emergência das nações afro-asiáticas e a constituição do bloco dos não-alinhados. Finalmente, deverá se tomar o tema da posição do Brasil no mundo pós-guerra fria, como ponto de partida para se examinar o fenômeno da reafirmação da temática nacional em meio à era da globalização.

- O nacionalismo na Europa: cisões e unificações
- O Império do Brasil: nação e projeto civilizatório
- Impérios europeus e a sua expansão mundial: África e Ásia na rota da expansão da civilização européia.
- Nações em guerra total: a primeira e segunda guerras mundiais.
- O ultranacionalismo no projeto político nazifascista.
- Nacionalismo e revolução anti-colonial na Ásia e África após a Segunda Guerra Mundial.
- Nação e religião no Oriente Médio
- As nações na ordem internacional do pós-Segunda Guerra Mundial:

Bibliografia:**Ensino de História, metodologia, currículo e educação de jovens e adultos:**

- ABREU, Martha e SOIHET, Rachel. *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra : FAPERJ, 2003.
- ANHORN, Carmem Teresa Gabriel. *O saber histórico escolar: entre o universal e o particular*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Departamento de Educação, 1999.
- BITTENCOURT, Circe (org.). *O Saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.
- BURKE, Peter (org.). *A escrita da história. Novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- CABRINI, Conceição [et al.]. *O Ensino de historia : (revisão urgente)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CANDAU, Vera Maria (org.). *Sociedade, educação e cultura(s): questões e propostas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- DAVIES, Nicholas (org.). *Para além dos conteúdos no ensino de história*. Niterói: EdUFF, 2000.
- DI PIERRO, Maria Clara. “Educação de jovens e adultos no Brasil: questões face às políticas públicas recentes” in *Em Aberto*. Brasília, ano 11, nº 56, out./dez. 1992.
- FLEURI, Reinaldo Matias (org.). *Educação intercultural. Mediações necessárias*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da historia ensinada*. Campinas: Papirus, 1993.
- FORQUIN, Jean-Claude. “O currículo entre o relativismo e o universalismo”. *Educação e Sociedade*, Dez 2000, vol.21, no.73, p.47-70.
- FREIRE, Américo; MOTTA, Marly Silva da ; ROCHA, Dora. *História em curso: O Brasil e suas relações com o mundo ocidental*. São Paulo: Editora do Brasil; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- GERALDI, J. W. *Linguagem e ensino. Exercícios de militância e divulgação*. Campinas: Mercado de Letras/ALB, 1996
- GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira e GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. *O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- HADDAD, Sérgio. “A educação de pessoas jovens e adultas e a nova LDB” in BRZEZINSKI, Iria (org). *LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam*. São Paulo: Cortez, 1998.
- KARNAL, Leandro (org.). *História na sala de aula : conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2003.
- MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa e SILVA, tomaz Tadeu da (orgs.). *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 1995.
- MURRIE , Zuleika de Felice (coord.). *Livro introdutório: Documento básico: ensino fundamental e médio*. Brasília: MEC: INEP, 2002. Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos.
- MURRIE , Zuleika de Felice (coord.). *História e geografia, ciências humanas e suas tecnologias: livro do professor: ensino fundamental e médio*. Brasília: MEC: INEP, 2002. Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos.
- MURRIE , Zuleika de Felice (coord.). *História e geografia: livro do estudante: ensino fundamental*. Brasília: MEC: INEP, 2002. Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos.
- MURRIE , Zuleika de Felice (coord.). *História e geografia: livro do estudante: ensino médio*. Brasília: MEC: INEP, 2002. Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos.

- NIKITIUK, Sônia (org.). *Repensando o ensino de história*. São Paulo: Cortez, 1996.
- PINSKY, Jaime (org.). *O ensino de história e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 1992.
- PULASKI, Mary Ann Spencer. *Compreendendo Piaget. Uma introdução ao desenvolvimento cognitivo da criança*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- SMOLKA, A. L. B. e GÓES, C. (orgs.). *A linguagem e o outro no espaço escolar: Vygotsky e a construção do conhecimento*. Campinas: Papirus, 1993.
- ZAMBONI, Ernesta (coord.). *Caderno Cedes 10. A prática do ensino de história*. São Paulo: Papirus, 1994.

Historiografia:

- ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasileira, 1985.
- BARROS, José Flávio Pessoa de. *O banquete do rei... Olubajé: uma introdução à música sacra afro-brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.
- BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, 1982.
- BOBBIO, Norberto, Matteucci, Nicola e Pasquino, Gianfranco. *Dicionário de política*. Volumes 1 e 2. Brasília, D: Editoria Universidade de Brasília, 1992.
- BOXER, C.R.. *O Império colonial português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1981.
- BRAUDEL, Fernand. *A Gramática das Civilizações*. Lisboa: Editorial Teorema, 1989.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo – séc. XV- XVIII*. Tomo II (o jogo das trocas). Lisboa: Cosmos, 1985.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- CHOMSKY, Noam. *Novas e velhas ordens mundiais*, São Paulo: Scritta, 1996.
- CASTRO, Celso. *Os militares e a República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- COSTA, Emília Viotti. *Da Senzala à colônia*. São Paulo, Difel, s.d.
- FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 4 volumes.
- FIORI, José Luís (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.
- GOMES, Ângela de Castos; PANDOLFI, Dulce; ALBERTI, Verena (orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- *História da vida privada no Brasil*. Direção de Fernando Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 1997-1998, 4 volumes.

- HOBSBAWN, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBSBAWN, Eric. *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HOBSBAWN, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1870: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOURANI, Albert. *Uma História dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- IBGE. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.
- MATTOS, Ilmar R. de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec; Brasília, INL, 1987.
- MATTOS, Ilmar R. de e GONÇALVES, Márcia de Almeida. *O Império da boa sociedade*. São Paulo: Atual, 1991.
- MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação*. São Paulo: Senac, 2000.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- PANIKKAR, K.M. *A dominação ocidental na Ásia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PRIORI, Mary Del e VENÂNCIO, Renato Pinto. *Ancestrais: uma introdução à história da África Atlântica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SACHS, Ignacy; WILLEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. *Relações internacionais: dois séculos de História*. Volumes 1 e 2, Brasília: IBRI, 2001.
- SILVA, Alberto da Costa e. *Um Rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Ed. UFRJ 2003.
- SCHWARTZ. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- VILAR, Pierre. *Iniciação ao vocabulário da análise histórica*. Lisboa: João Sá Costa, 1985.
- WEFORT, Francisco C. *Por que democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1984.
- WESSELING, H.L. *Dividir para dominar: a Partilha da África*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Revan, 1998.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
ÁREA DE LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS

Geografia

Professores Especialistas:

Cesar Alvarez Campos de Oliveira
Edson Soares Fialho
Irene de Barcelos Alves
Paulo Livio Pereira Pinto

Janeiro de 2005

GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Introdução

A elaboração do currículo de Geografia para o Ensino Fundamental do EJA baseou-se na necessidade de capacitar o aluno para que ele compreenda o mundo a partir da síntese dos processos naturais, culturais, históricos e sócio-econômicos, desenvolvendo uma visão crítica, que possa orientar sua atuação na sociedade de forma participativa e integrada com a modernidade.

Compreender que o exercício da cidadania está respaldado no sentimento de pertencer a uma realidade, que se insere nas relações entre a sociedade e a natureza, integrando todos os seus membros de forma responsável e comprometida com os valores humanísticos.

Abre-se, assim, a possibilidade para ações coletivas e individuais, propositivas e reativas, que busquem as melhorias das condições de vida, os direitos políticos e as transformações sócio-culturais como conquistas a serem democratizadas.

Ao selecionar os eixos temáticos que propiciem a análise do espaço geográfico, privilegamos várias perspectivas, de forma a dar conta de diferentes escalas, que possibilitem o resgate da vivência cotidiana dos alunos, bem como a sua ampliação para realidades distantes e desconhecidas. A noção de escala geográfica é fundamental para a construção do raciocínio espacial, pois permite a compreensão de que os processos que ocorrem ao nível do bairro estão articulados e interpenetrados por aqueles que ocorrem na região, no território nacional e no espaço mundial.

Os alunos deverão compreender o mundo a partir do lugar em que vivem e, para tal, nada mais relevante do que o entendimento da realidade brasileira, vivenciada diariamente por eles. Conceitos como os de *Estado, Território, Urbano, Rural, Trabalho, Tecnologia, População, Povo, Cidadania...* podem ser construídos a partir do espaço vivido e, com as devidas mediações, reconstruídos em outras escalas de abstração, para permitir, não apenas a compreensão de sua dinâmica evolutiva, mas também a consciência de que a comunidade local é parte integrante e participativa de conjuntos geográficos maiores.

Estes conhecimentos prévios contribuirão na análise, ampliação, sistematização e síntese, necessários ao processo de construção e reconstrução das noções e conceitos da Geografia. Por outro lado, a especificidade do curso, voltado para alunos de faixa etária distinta do ensino regular e já inseridos no mundo do trabalho, auxilia na reflexão dos temas abordados pela disciplina geográfica e estimula parcerias com outras disciplinas como: História, Língua Portuguesa e Biologia, por exemplo.

O projeto se fundamenta no reconhecimento da diversidade das situações reais, seja do ponto de vista da biodiversidade, seja da diversidade sócio-cultural dos alunos do curso.

Educar num mundo das diferenças, e não para a regularidade dos padrões, deve ser a meta e o desafio na construção de saberes e conhecimentos. Esse processo deve estar ancorado na utilização de diversos meios de aquisição das informações. A análise de imagens fotográficas ou vídeos, a leitura de jornais, revistas e textos literários, juntamente com outras fontes de pesquisa abre novas possibilidades de apresentação dos conteúdos da Geografia.

O estudo do meio, partindo da observação dos elementos construtivos da paisagem e suas referências com os processos sócio-culturais, propiciam análises e sistematizações que transformam conceitos espontâneos em conhecimento científico.

Cabe ao professor auxiliar os alunos na construção do raciocínio geográfico, refletindo sobre as informações, relacionando-as com seus espaços de prática social e construindo formas de atuação participativa na sociedade. Vale destacar a importância dos procedimentos metodológicos para o desenvolvimento das habilidades cartográficas e de leitura de gráficos, instrumentos essenciais para a disciplina geográfica.

A utilização de linguagens diversas, como charges, gráficos, tabelas e mapas, entre outros, torna o ensino da Geografia mais dinâmico, animado e significativo para uma população que vive o mundo mediático da imagem e do som.

Além disso, ao valorizar outras formas de expressão, mais próximas da oralidade, característica dos alunos do curso de Educação de Jovens e Adultos, cria novas situações que possibilitem o reforço da leitura e produção escrita.

Por outro lado, não podemos perder de vista o papel essencial do professor no processo pedagógico de sensibilização, planejamento e execução, na medida em que este atua como agente orientador e interlocutor da relação do aluno com o mundo. Desta forma, valoriza-se a experiência acumulada na sua prática cotidiana de sala-de-aula, revestindo-a de um caráter dinâmico e mantendo-se em constante sintonia com as grandes questões do seu tempo.

Vejamos, então, como se desenvolve esta nova proposta curricular.

FASE V:

Nesta fase o professor deve introduzir a Geografia como possibilidade de leitura e compreensão do mundo. Esta leitura viabilizará a conquista dos lugares como conquista da cidadania, através do estudo relacional entre a sociedade e a natureza, onde as questões sócio-ambientais ganham ênfase nas mais variadas formações espaciais. Fortalecendo a leitura e compreensão do mundo, a alfabetização cartográfica dará ao aluno o instrumental básico do mapeamento para a crítica da realidade (vívida), nas mais diferentes escalas. Através do entendimento da organização política e territorial no espaço, agentes diversos serão descortinados e a realidade poderá ser compreendida nas mais diversas dimensões.

Eixos temáticos**Espaço Geográfico e Sociedade: diferentes modelos de sociedade, de organizações sociais e de bases técnico-produtivas.**

Atendendo as especificidades de um currículo de Geografia para o curso de Educação de Jovens e Adultos esta fase retoma e aprofunda os conceitos fundamentais do saber geográfico, assim como o instrumental básico cartográfico.

A partir do estudo comparativo de diferentes modelos de sociedade, com organizações sociais e bases técnico-produtivas distintas, é possível compreender a criação do espaço geográfico como fruto de uma produção coletiva, permitindo ao aluno fazer uma leitura do mundo e de suas contradições.

Neste momento inicial, de contato mais direto com a disciplina Geografia, será priorizada a construção de conceitos, entendida como processo de formação de uma consciência geográfica, que irá permitir, ao aluno-cidadão, a leitura do espaço geográfico.

Tendo como objetivo maior entender os processos de formação territorial que conformaram a atual estrutura dos Estados Nacionais, é necessário resgatar, em diferentes tempos e diferentes espaços, as distintas formas de organização social e suas respectivas interações com a natureza, dadas, em grande medida, pelo uso de técnicas específicas de cada sociedade. Surge, portanto, como tema prioritário, a questão da racionalidade da produção e do consumo de bens, assim como a sua interferência nos processos da dinâmica da natureza. Com isso, serão desvelados “problemas” que se constituirão em temas de estudo da nossa disciplina.

Para tanto, será necessário, inicialmente, destacar que a natureza tem uma dinâmica própria, anterior a existência do homem e, na tentativa de não abordar de forma não relacional a dicotomia existente entre os aspectos físicos e os aspectos naturais, será priorizado o estudo, ainda que introdutório, das questões ambientais de ordem local, nacional e global.

Representação do Espaço: o instrumental cartográfico.

A importância do aprendizado cartográfico no contexto sócio-cultural da sociedade moderna não se limita à finalidade escolar; representa sim, a aquisição um modelo de comunicação essencial à vida cotidiana moderna. Ao utilizar-se de um sistema semiótico complexo para decodificar as informações contidas em mapas e cartas se apropria de uma linguagem que possibilita a representação e expressão dos fenômenos sócio-espaciais, relacionados à realidade próxima ou ainda pertencentes a espaços mais amplos e distantes.

A partir dos tópicos estudados até o momento, onde os processos da dinâmica social e natural foram introdutoriamente estudados, faz-se necessário compreender como o resultado destas dinâmicas espaciais são (e podem ser) representadas.

Inicia-se, assim, o trabalho com a linguagem cartográfica, trabalho este que requer o uso de metodologias de ensino capazes de desenvolver a capacidade do aluno de ler e compreender as diferentes formas de representação da realidade. Neste sentido, o mapa, assim como os elementos que o compõem, não deve ser entendido apenas como uma ilustração, mas como um instrumento que permite que o aluno tenha um domínio espacial, o que o torna capaz de realizar a síntese dos fenômenos que ocorrem no espaço.

Sempre priorizando os processos de construção do conhecimento (e não o da simples transmissão), este trabalho exige a realização de várias atividades práticas de confecção, análise e interpretação das diferentes formas de representação simbólica do espaço geográfico - *plantas, mapas, globo, maquetes* -, assim como de sua linguagem - *legendas, convenções, escalas, diferentes tipos de projeções* - para que, a partir daí, o aluno tenha autonomia e seja capaz de realizar relações possíveis entre diferentes mapas e possa melhor pensar e compreender o espaço.

Organização Política do Estado: estrutura e formação do território.

Nas últimas décadas, vem se destacando no ensino da Geografia os temas relacionados ao papel do Estado, com suas diferentes modalidades e capacidade de intervenção no espaço geográfico. Como o espaço é a base material do exercício do poder do Estado, que pressupõe a delimitação de um território, sobre o qual exerce seu direito de soberania, é necessário a compreensão do Estado Moderno, quanto as suas origens, estrutura e funções.

O Estado Moderno resulta de uma construção política, social e cultural e exerce suas atividades políticas, jurídicas e administrativas através de uma organização territorial hierarquizada, em níveis locais, regionais e nacionais.

O entendimento quanto à forma como o poder político se distribui entre Estado e sociedade e no interior do Estado, possibilita ao aluno uma reflexão crítica e a elaboração de um discurso político sobre sua intervenção no espaço, contribuindo para a sua atuação enquanto cidadão.

Dando continuidade à idéia de construção de conceitos, neste momento será priorizado, tomando-se como base concreta o caso brasileiro, o entendimento da estruturação da divisão político-administrativa do país, com suas esferas de poder federal, estadual e municipal.

Para que o aluno possa vir a ter uma inserção social, como cidadão participativo, é necessário compreender as diferentes esferas de atuação política que definem, legalmente, as possibilidades de tomada de decisões. Conceitos como os de *nação, estado-nação, país, estado, território, fronteiras, municípios, distritos, cidade, vila, urbano e rural*, entre outros, são de fundamental importância para uma compreensão e atuação política e social consciente.

Relação Sociedade-Natureza: questões ambientais.

Dentre os objetivos atuais do ensino da Geografia escolar estão:

- a reflexão quanto ao uso dos recursos naturais e o aprofundamento do compromisso quanto a sua conservação e preservação
- a construção de referenciais que possibilitem a atuação individual e coletiva frente às questões sócio-ambientais no espaço de vivência dos alunos ou em espaços mais distantes.

É importante destacar que apesar da universalização dos valores ocidentais, que percebem a natureza, exclusivamente, como fonte de recursos a serem transformados a partir do trabalho humano, não se pode desconsiderar as demais visões, referentes à transformação da natureza, presentes em outras culturas, onde a natureza assume valores distintos se apresentando, até mesmo, de forma sacralizada. Com isso estaríamos retomando o eixo temático inicial da fase.

FASE VI:

Dando continuidade ao desenvolvido na fase anterior, mantém-se o eixo de leitura e compreensão do mundo a partir da compreensão do lugar de vivência do aluno: o território nacional. Para tanto, entender a dinâmica da natureza no espaço brasileiro possibilitará ao aluno compreender parte da estrutura que dá suporte à formação da identidade nacional. E neste espaço que atuam e interagem as organizações sociais, ambientais e políticas que caracterizam o país. Levando em consideração as dimensões do território brasileiro, sua pluralidade étnica e seus processos de organização social, respeitadas as diferentes relações existentes entre sociedade e natureza, os alunos estarão entendendo os processos que irão resultar na estruturação dos diferentes complexos regionais (identificadores das diferentes paisagens) que compõem a realidade nacional.

Eixos temáticos**Brasil: dinâmica da natureza e sua dimensão sócio-ambiental.**

Apesar da Natureza ser vista como uma fonte de recursos, fruto de um processo de formação histórico, decorrente do modo de exploração portuguesa, que acreditava na sua inesgotabilidade, hoje, se faz necessário mudar essa concepção em razão dos sinais de esgotamento. Esses sinais, presenciados por meio das marcas deixadas na paisagem, tais como desmatamento, erosão, enchentes, dentre outras, geram repercussões, não apenas para os ciclos da natureza, mas também para os grupos sociais que vivem sobre esse espaço, muitas vezes utilizado de forma equivocada, mesmo que essa utilização possa trazer benefícios econômicos momentâneos ao país.

As formas de utilização dos recursos naturais pela sociedade podem minimizar os abismos sociais ou aprofundá-los. É importante ressaltar que o conceito de qualidade de vida nas sociedades modernas não se restringe ao poder aquisitivo de seus indivíduos, mas também engloba aspectos que interferem no seu bem-estar, como a beleza cênica e a qualidade do seu ambiente de vida.

Refletir sobre essa questão na Escola, tendo como base a dinâmica da natureza e a relação sociedade-natureza, auxilia na retirada do véu que dificulta o entendimento dos desequilíbrios e desastres naturais, que muitas vezes têm suas causas nas formas de exploração da natureza.

O aluno, com isso, deixa de ser um agente passivo, tornando-se sujeito de sua história cotidiana. Sendo capaz de compreender o que ocorre a sua volta, se tornará um cidadão lúcido e crítico, o que, por conseguinte, pode gerar um movimento de organização e melhoria do seu entorno.

Identidade Nacional e Formação do Povo Brasileiro: os povos ameríndios, africanos e europeus.

A formação da identidade de um país é construída por meio de um conjunto de características, que vão da culinária à música, passando por vários outros elementos. Quando se procura essa identidade do povo brasileiro, é preciso buscar suas raízes históricas nas várias culturas que compõem esse processo de formação da nacionalidade brasileira. Do contato dos povos ameríndios com os europeus e posteriormente com os africanos, surge um povo com características peculiares, que mostram, no seu cotidiano, fragmentos dessas culturas que constituem, no todo, a nossa singularidade. Nesse sentido, deve-se valorizar e demonstrar onde e como esses elementos se encontram e quando se manifestam no espaço.

Muitas manifestações culturais exemplificam essa situação e podem ser resgatadas e trabalhadas em sala de aula. Por exemplo, o sincretismo religioso presente em nossa sociedade, onde os santos católicos servem também de referência às religiões afro-brasileiras. Outro exemplo está relacionado às diferenças regionais, onde é possível perceber, nas manifestações tradicionais locais, as influências culturais variadas, sejam elas no aspecto linguístico, no modo de morar, de cultivar a terra, de se relacionar com a natureza ou de festejar suas datas rituais. A valorização e o respeito à diversidade cultural devem fazer parte da prática cotidiana dos membros desta sociedade, sendo o espaço escolar essencial para o exercício desta prática.

Identidade Nacional e Fronteiras: formação do território nacional.

As fronteiras políticas nacionais delimitam um espaço de exercício do poder, baseado em normas que regulam os direitos e deveres da cidadania. Entretanto, a criação das fronteiras políticas, que são sempre construções humanas, está inserida em um contexto sócio-político, histórico e em determinadas conjunturas econômicas, refletindo assim o caráter dinâmico da sociedade a qual se refere.

A apresentação dos conteúdos relativos à organização do território brasileiro engloba diferentes aspectos que compõem a realidade nacional: sociais, ambientais, políticos, econômicos etc. Se muitas vezes estes assuntos são organizados de forma separada, de modo a facilitar o trabalho em sala de aula, não podemos perder de vista a sua totalidade e suas referências com as práticas cotidianas.

A compreensão dos distintos momentos de configuração das fronteiras nacionais e organização do território brasileiro possibilitará ao aluno se posicionar criticamente frente às interferências espaciais protagonizadas por diferentes agentes, como grupos empresariais e elementos do Estado. Por exemplo: a instalação de uma indústria poluidora em seu município ou a emancipação política de um distrito.

A Organização Regional Brasileira.

Neste tópico, a partir dos conteúdos trabalhados anteriormente, quanto à formação e organização do território e da sociedade brasileira, é pertinente se trabalhar com diferentes possibilidades de regionalização do território nacional.

A análise geográfica do espaço brasileiro pressupõe diferentes recortes, ou seja, delimitações de determinadas extensões territoriais, possibilitando o entendimento das diferentes formas de organização do território brasileiro. Ao se fazer diferentes recortes do espaço geográfico, a partir de critérios de divisão espacial que estabeleçam alguma forma de identidade, surgem diferentes possibilidades de regionalização do território brasileiro.

A compreensão dos agentes envolvidos e da conjuntura sócio-política que os gerou, possibilita uma visão crítica quanto aos objetivos e interesses presentes neste processo. Também permite reconhecer e analisar as desigualdades regionais, propiciando a discussão da situação específica do Estado e da Região do aluno em face do quadro geral do país.

Entretanto, não se pode perder de vista as formas de articulação desses espaços regionalizados, entre si e no âmbito nacional. É necessário apresentar os diferentes sistemas de produção e distribuição de bens e serviços, inclusive os de atuação estatal, tais como comunicação, transportes, energia, saúde e educação, entre outros, e mostrar como eles organizam o espaço brasileiro, na medida em que se somam e interagem entre si.

FASE VII:

Após conhecerem as estruturas sócio-econômicas e ambientais brasileiras, o aluno vislumbrará um novo cenário de relações entre o país e o mundo por meio de identidades, interações, articulações e organizações diversas, mais complexas e de maior abrangência. Isto possibilitará a ele compreender a realidade nacional não apenas como reflexo de processos internos à sociedade nacional, mas também como expressões de dinâmicas extraterritoriais que afetam o seu cotidiano. No atual contexto mundial de Globalização, agentes (sociais, políticos e econômicos) interagem mais intensamente definindo projetos mundiais que interferem nas dinâmicas locais. Daí a importância do entendimento das relações internacionais, a partir do Brasil.

Eixos temáticos**Brasil no Contexto Mundial: sociedade, economia e geopolítica.**

A temática Brasil vem sendo relegada a um segundo plano, onde as questões espaciais mundiais, principalmente em torno dos temas “regionais do mundo”, continuam atreladas a uma visão fragmentada e meramente ilustrativa sobre povos, países, culturas, economias e aspectos físicos descolados da realidade dos alunos.

Ao enfatizar o Brasil nos temas mundiais, os alunos poderão entender o importante conceito de rede, que se amplia na medida em que as relações entre as sociedades, economias, políticas regionais... têm fortes impactos espaciais (no país e no mundo), estabelecendo novas formas de territorialização e que aproximam o Brasil tanto dos seus vizinhos (e aí a caracterização identitária é fundamental) como das regiões e sociedades mais distantes, trazendo para o cotidiano desse aluno questões comuns na esfera social, ambiental, política, econômica e territorial que afetam quase todos os povos do planeta atualmente.

Brasil: inserção no espaço latino-americano (regionalizações político-territoriais).

Neste momento da formação dos alunos, deve-se levar em consideração a consolidação de sua identidade sócio-política e territorial, através do conhecimento de processos históricos e formativos no continente americano. Alguns elementos de identidade, explicitados no âmbito espacial, sociológico, econômico e cultural, serão enfocados como expressões da unidade dos povos de língua latina, através de acordos diversos que reforçam a necessidade de criação de redes de “*solidariedade*” (políticas, econômicas e sociais) capazes de ampliar as relações do Brasil com o continente americano como um todo.

Brasil: integração supranacional (MERCOSUL, ALCA, UNIÃO EUROPÉIA, NAFTA).

Caracterizadas as relações do Brasil no conjunto americano, a fase posterior será a de identificar e analisar estratégias do país e demais países americanos para a consolidação nacional através das organizações supranacionais.

O modelo de regionalização econômica, tão em voga hoje nos espaços mundiais, deverá ser entendido e concebido partindo-se do pressuposto de que o Brasil, frente à sociedade continental e mundial, vem ocupando um papel de destaque, com sua organização própria e estratégias específicas que se complementam e associam com outros modelos, ao mesmo tempo em que divergem e se chocam com outros.

Os modelos de organização regional ultrapassarão os limites continentais e trarão, para os alunos, a condição de perceberem que as mesmas dinâmicas que ocorrem “aqui” (e seus reflexos) ocorrem também em “espaços distantes”, tornando o “longínquo” mais próximo da realidade vivenciada por eles.

Brasil: articulações internacionais (África, Ásia, Europa, Oceania e Antártida).

Entendidas as particularidades que caracterizam as redes formadas entre o Brasil e os países americanos, outras dimensões espaciais serão estabelecidas, possibilitando entender como se dão as relações entre o país e as sociedades do planeta.

Ampliando cada vez mais a compreensão de um conjunto planetário, articulado e inteligível através das possíveis proximidades com o cotidiano vivido, as questões de ordem sociais, ambientais, de identidade étnico-cultural, de trocas comerciais, geopolíticas, dos fluxos demográficos, dentre outras, possibilitam o entendimento do Brasil no mundo.

Brasil: organizações mundiais (ONU, FMI, OMC, OEA, ONGs,).

Finalizando a série, as formações sociais, políticas, econômicas e militares do planeta serão reforçadas como sendo esforços nacionais, supranacionais e/ou sociais de organização do poder no mundo.

O Brasil, como semiperiferia emergente, passa atualmente a ser visto como um Estado Nacional que reorienta o seu poder diante dos outros países do continente e do mundo e participa cada vez mais de organizações que interferem no cotidiano das suas relações internas e externas, o que influencia o país com mudanças de estratégias econômicas, sociais e políticas.

Ao entender o papel desses organismos, os alunos poderão compreender e posicionar-se frente às decisões tomadas pelos governos.

FASE VIII:

Finalizando o momento de formação fundamental, a série contemplará a abordagem das funções das nações no contexto global, a partir de um recorte temporal de contemporaneidade nos séculos XX e XXI. Ao entender os papéis desempenhados pelos diferentes países na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), os alunos compreenderão como o processo de definição das redes mundiais e suas funcionalidades afetam a geopolítica mundial e estabelecem centros de comando e subordinação em vários níveis e em diferentes escalas. Transferindo conhecimentos já adquiridos, os alunos serão capazes de estabelecer as dimensões do poder na esfera sócio-ambiental, um dos pontos mais relevantes, hoje, nas articulações estabelecidas entre agentes e atores no palco planetário.

Eixos temáticos**A divisão internacional do trabalho.**

Em Geografia, quando se considera que vivemos num planeta onde predominam as relações comerciais entre nações com diferentes graus de desenvolvimento sócio-econômico, isto é: nações modernas e tradicionais, resultantes de um processo de caráter mundial de grande interdependência que foi, paulatinamente, se estabelecendo no mundo, principalmente a partir do século XVI, chegamos no momento de trabalhar com os alunos a organização do espaço mundial.

Para que se entenda essa organização, existem várias formas de análise, estando as mais freqüentes - *Primeiro Mundo, Segundo Mundo e Terceiro Mundo; Subdesenvolvimento, em desenvolvimento e desenvolvimento* – atualmente ultrapassadas, não por seu teor conceitual, mas por não darem mais conta do dinamismo estabelecido pelas diversas redes de fluxos das mais diferentes naturezas existentes no mundo atual, onde entendemos que há elementos de centralidade na periferia e elementos periféricos no centro.

A *Geografia Política* é o ramo da Geografia preocupada com o estudo das relações entre política (a ação do Estado, por exemplo) e o espaço geográfico. Ela se diferencia da *Geopolítica*, que é uma prática estratégica realizada pelos Estados nacionais, utilizando os territórios como instrumento de dominação. A compreensão da *Divisão Internacional do Trabalho* possibilita tanto o estudo das partes, com suas particularidades, como do todo que forma o sistema-mundo.

As Periferias e Semiperiferias.

A Divisão Internacional do Trabalho que se estabelece, a partir do século XVI, articulando os diferentes espaços mundiais pela lógica dos interesses econômicos, vem se reformulando, constantemente, até os dias atuais. Primeiramente, em um ambiente mercantilista, iniciaram-se as relações Centro-Periferia, em que o modelo civilizatório europeu (Centro) se estabeleceu com primazia sobre as organizações societárias de outros povos e dos seus modelos de produção, consumo e relação com a natureza (na América, África, Ásia e Oceania). Essa supremacia européia definiu papéis produtivos e funcionais que estruturam a formação dos inúmeros Estados nacionais existentes atualmente no planeta, ao mesmo tempo em que os articulou num sistema-mundo em que as funções e os papéis dessas áreas mudam de acordo com as transformações internas dos países e do próprio sistema. Periferias tornam-se Semiperiferias, e estas podem retroceder ao estágio anterior, a partir de novas conjunturas do poder geopolítico planetário. O Brasil, de país periférico no sistema, desde a sua formação no século XIX, passou à condição de Semiperiferia, no século XX, a partir de condições específicas que são inerentes ao país. Isto se repetirá em diferentes escalas e lugares, reorganizando o sistema, no tempo e no espaço.

As Centralidades.

As nações que assumem características de centralidade são sociedades capitalistas modernas onde se originaram e se originam a maior parte da modernização e assumem a condição de comando das redes mundiais de produção, de tecnologia, de informação e de controle financeiro.

Dinâmica da Natureza e sua dimensão sócio-ambiental: África; Europa; Ásia; Oceania; América.

As relações da Natureza e suas interfaces com a organização e produção do espaço geográfico devem ser desenvolvidas de modo a procurar valorizar a discussão da importância dos estudos da natureza no interior das sociedades, procurando demonstrar que na produção do espaço geográfico os elementos naturais foram condicionantes importantes, mas que seu papel explicativo da totalidade de nosso objeto de estudo vem se reduzindo, à medida que a capacidade de transformação dessas condições pelo ser humano aumenta com o desenvolvimento tecnológico.

Assim, o espaço geográfico nas sociedades modernas centrais, periféricas e semiperiféricas têm sua configuração básica atual determinada pela ação humana e suas tecnologias.

No âmbito dos estudos geográficos, os aspectos físicos abordados pela Geografia permanecem atuais, não mais como elementos que devam ser utilizados para descrever e caracterizar uma certa localidade, mas como instrumento de entendimento e compreensão dos limites dos processos de ocupação e transformação do espaço geográfico.

Por essa razão, deve-se optar por examinar os processos naturais que ocorrem no espaço, do ponto de vista de seu funcionamento dinâmico. Para tanto, propomos o *modelo sistêmico*, que parte do princípio de que os elementos naturais estão integrados, repercutindo uns sobre os outros, dividindo, para efeitos didáticos, os grandes sistemas naturais (clima, solo, vegetação, relevo e hidrografia) continentais, porém trabalhando-os de forma articulada.

Nesse sentido, discutir as relações do homem com a Natureza, do ponto de vista das repercussões no espaço e suas conseqüências para o desenvolvimento sócio-econômico, torna necessário valorizar as complexas relações que se estabelecem entre a sociedade e a natureza. Desta forma, podem ser abordadas as questões ambientais, destacando a crítica feita às sociedades modernas, que impõem um padrão tecnológico “único” em dissonância com as condições naturais das diversas regiões do planeta.

Bibliografia:

- ALMEIDA, Rosângela Doin. O espaço geográfico: ensino e representação. São Paulo: Contexto, 1998.
- CARLOS, Ana Fani de A. (org.) A geografia na sala de Aula. São Paulo: Contexto, 1999.
- CASTRO, Iná Elias. (org.) Geografia Conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CORRÊA, Roberto L. Trajetoórias geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- COSTA, Rogério Haesbaert. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- FORQUIN, Jean-Claude. Escola e Cultura - as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- LACOSTE, Yves. A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1988.
- MARTINELLI, Marcelo. Gráficos e mapas: construa-os você mesmo. São Paulo: Moderna, 1998.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parâmetros Curriculares Nacionais. Geografia – 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1998.
- MORAES, Antonio Carlos R. Ideologias geográficas - espaço, cultura e política no Brasil, São Paulo: Hucitec, 1991.
- _____. Bases da formação territorial do Brasil. O território colonial brasileiro no “longo” século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. “Situação e tendências da geografia” in: OLIVEIRA, Ariovaldo U. (org) Para onde vai o ensino de geografia? São Paulo: Contexto, (Coleção Repensando o Ensino), 1989.
- PEREIRA, Diamantino. “Geografia escolar: uma questão de identidade”. In: Cadernos CEDES - Ensino de Geografia. Campinas: Papirus, n. 39, 1996.
- SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova - da crítica da Geografia à uma Geografia crítica. 2. ed., São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. “Espaço, mundo globalizado, modernidade” in: SANTOS, M. Técnica, espaço, tempo-globalização e meio técnico-científico informacional. 3. ed., São Paulo: Hucitec, 1997.
- SIMIELLI, M. Elena Ramos. “Cartografia no Ensino Fundamental e Médio”. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.) A Geografia na Sala de Aula. São Paulo: Contexto, 1999.
- SOUZA, Marcelo Lopes. O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- VESENTINI, José. William. “O Novo Papel do Ensino da Geografia na Época da Terceira Revolução Industrial”. In: Terra Livre, São Paulo: AGB, n. 11-12, ago 92-ago 93.
- VESENTINI, José William (org.). “Realidades e perspectivas do ensino de geografia no Brasil”, in: VESENTINI, J. W. O Ensino de Geografia no Século XXI. Campinas, SP: Papirus, 2004.
- VLACH, Vania R. F. “Fragmentos para uma discussão: método e conteúdo no ensino da geografia de 1º e 2º graus” in: VLACH, V. O ensino da geografia em questão e outros temas, Terra Livre 2, São Paulo: Marco Zero, julho/1987.

**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA SUCESSO ESCOLAR
REORIENTAÇÃO CURRICULAR
PARA A REDE ESTADUAL DE ENSINO
DO RIO DE JANEIRO**

Direção de projeto

Ângela Rocha dos Santos, Instituto de Matemática e Decania do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza da UFRJ

Supervisão geral

Luiz Carlos Guimarães, Instituto de Matemática da UFRJ

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Coordenação Geral

Cloves de Bittencourt Dottori, UFRJ e CEDERJ

ÁREA DE LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS

ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Coordenador

Agostinho Dias Carneiro, Doutor, UFRJ

Língua Portuguesa/Literatura Brasileira

Agostinho Dias Carneiro, Doutor, UFRJ

Andre Crim Valente, Doutor, UERJ

Antonio Sergio Ramos Teixeira, SEE

Liliane Machado, Colégio Pedro II

Silvana Martins Bayma, Mestre, Colégio Pedro II

Violeta Virginia Rodrigues, Doutor, UFRJ

Língua Estrangeira - Inglês

Sonia Zyngier, Doutor, UFRJ

Evelyn Judith Kirstein, Doutor, UFRJ e SEE

Língua Estrangeira - Espanhol

Nidia Coelho, SEE

Talita Barreto de Aguiar, Mestre, FAETEC

Educação Artística

Andrea Penteadó de Menezes, Mestre, EAC

Daniel Fils Puig, Mestre, CAP/UFRJ

Educação Física

Monica Maria Tancredi Coelho, EAC

Miguel Angelo da Luz, EAC

ÁREA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA

Coordenador

Luiz Otavio Teixeira Mendes Langlois, Mestre, UFRJ

Matemática

Fernando Celso Villar Marinho, CAp/UFRJ
Francisco de Assis Linhares da Silva, CAp/PUC-RJ
Lilian Karan Parente Cury Spiller, Mestre, CAp/UFRJ
Luciana Coelho Tocantins, Mestre, SEE
Marcelo de Sa Correa, CEAT
Rita Maria Cardoso Meirelles, CAp/UFRJ

Biologia/Ciências

Elci Oliveira Sampaio de Souza, SEE
Murilo Martins Jordao, SEE
Sebastiao Rodrigues Fontinha Filho, SEE
Sergio Escarlante, SEE

Química

Inah Brider, CEDERJ
Isabela Ribeiro Faria, CEDERJ

Física

Hugo Santos Martins Pinheiro, SEE
Jose Luiz Correa Vieira, SEE
Miguel Arcanjo Filho, SEE

ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Coordenadora

Rosalina Maria Costa, Mestre, CAp/UFRJ

Filosofia

Alexandre Jordao Batista, Mestre, CAp/PUC-RJ
Filipe Ceppas de Carvalho e Faria, Mestre, PUC-RJ

Sociologia

Angela Maria de Randolpho Paiva, Mestre, PUC-RJ
Maria Regina de Castro Rabelo de Carvalho, Mestre, UFRJ

História

Americo Oscar Guichard Freire, Doutor, CAp/UFRJ
Cinthia Monteiro Araujo, CAp/UFRJ
Fabio Garcez de Carvalho, CAp/UFRJ
Luiz Resnik, Doutor, UERJ
Marcia de Almeida Goncalves, Doutor, PUC-RJ

Geografia

Cesar Alvarez Campos de Oliveira, Mestre, CAP/UFRJ

Edson Soares Fialho, SEE

Irene de Barcelos Alves, CEFET-RJ

Paulo Livio Pereira Pinto, CAP/UFRJ

Secretaria

Lucia Helena Correa Manso, UFRJ

Projeto Gráfico

Orlando Bastos Mendes, UFRJ

Aline Santiago Ferreira, Duplo Design (Capa)

Marcelo Mazzini Coelho Teixeira, Duplo Design (Capa)